

Mas, vamos lá. Não estamos votando aqui se é um milhão para auditores, para pesquisadores, ou se é um milhão para professores e policiais militares. Não é uma coisa ou outra. E eu não sou daqueles que acham que vocês ganham muito, e têm que ser penalizados com salários de miséria que têm os professores e os policiais militares.

O que quero é que policial militar, policial civil, médico, agente do Estado, servidores da Justiça, professores tenham um salário digno, como aquele que vocês têm, e estão lutando para ter uma carreira mais digna.

Essa é a nossa posição. Percebemos uma grande hipocrisia. Vou votar a favor, porque nós, e como bem disse nosso líder, Carlos Giannazi, e o deputado Raul Marcelo pensa a mesma coisa, nós sempre votamos a favor de aumento para servidor público. Nós sempre votamos a favor do fortalecimento das carreiras.

Não fariamos o contrário agora, até porque essa situação, que chegou a esse impasse, é fruto da demagogia, é fruto de uma visão pequena, medíocre, de Estado, que foi compartilhada pelo Sr. José Serra, pelo Sr. Geraldo Alckmin, e agora também pelo governador Márcio França.

Essa é a verdade. Isso é tão real, eu poderia discorrer sobre outros segmentos, para dar um exemplo. Temos um hospital de excelência, que serve muito, que está muito ligado à pesquisa, ao desenvolvimento, está ligado ao atendimento, ao aperfeiçoamento de uma carreira importantíssima, que são os médicos. É o Hospital Universitário, no Butantã, o HU.

Ele foi fechado, praticamente. Ou seja, uma estrutura importante, ligada à universidade, foi fechada. Sabem por quem? Especialmente pelo Sr. Zago, ex-reitor da USP. E sabem onde repousa o Sr. Zago hoje? À frente da Secretaria de Saúde. Isso fala muito. É a mesma visão liberal, a mesma visão de destruição do Estado e das carreiras do Estado, praticadas agora pelo Sr. Márcio França.

É isso o que está acontecendo. Por isso nós votaremos a favor. De alto reajuste? Não. A favor da sinceridade, a favor da desobstrução das carreiras, e contra a hipocrisia e a mediocridade que reinam no governo, e que infelizmente são compactuadas pela maioria desta Casa, hoje com alguns papéis trocados. Mas a real é ela.

Na maioria aqui, todos eles têm a mesma visão, e compartilham da mesma visão de Estado mínimo, de Estado fraco. E nós somos a favor de um Estado forte, um Estado que valorize as pessoas e aqueles que dedicaram a vida ao Estado. Por isso votaremos a favor da PEC 5. (Manifestação nas galerias)

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, não vou usar o tempo para encaminhar pelo PRB, só para uma comunicação.

Nós, do PRB, também estaremos aqui para votar a PEC 5 hoje, porque é um compromisso assumido desde o nosso líder, Wellington Moura, que foi um batalhador para que isso acontecesse, na sua liderança. E hoje foi repautada para votar. Então, nós, do PRB, não poderíamos fugir a isso, com o compromisso assumido pelo líder Wellington Moura, que aqui saudamos e parabenizamos pela sua luta.

Aos nossos amigos, que estão lutando há tanto tempo, esperando por este momento, o PRB, não por ser governo A ou governo B, o PRB vai votar porque assumiu o compromisso há muito tempo, de que faria assim, desde que a PEC fosse pautada. Uma vez pautada no dia de hoje, contem que a bancada está aqui 100%, para votar a PEC 5.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação, em 1º turno - Proposta de emenda nº 5, de 2016, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Campos Machado e outros. Altera o inciso XII do artigo 115 da Constituição do Estado. Parecer nº 146, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Sr. Presidente, regimentalmente solicito uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como “sim”, os que forem contrários deverão registrar o seu voto como “não”.
* * *

- É feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.
* * *

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSDB.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PP está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PP.

O SR. ITAMAR BORGES - PMDB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PMDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PMDB.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSB.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSD está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSD.

O SR. ROGERIO NOGUEIRA - DEM - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do DEM está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do DEM.

O SR. REINALDO ALGUZ - PV - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PV está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PV.

O SR. ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Queria cumprimentá-lo por ter pautado esta PEC 5 e por toda a sua autoridade, e queria votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A Presidência registra a manifestação de Vossa Excelência.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Sr. Presidente, o Democratas assumiu uma bandeira desde o início quando o deputado Campos Machado protocolou esta PEC e nós achamos justo, então vou votar favorável.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A Presidência registra a manifestação de Vossa Excelência.

O SR. JOÃO CARAMEZ - PSB - Antes, porém, quero parabenizá-lo pela mudança de postura, pautando a PEC 5. Como V. Exa. sabe, fui um dos primeiros do PSDB a assinar a lista, então voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A Presidência registra a manifestação de Vossa Excelência.

O SR. ED THOMAS - PSB - Pela minha palavra e pela minha assinatura, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A Presidência registra a manifestação de Vossa Excelência.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PT está em obstrução e votar “sim”.
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PT.

O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Campos Machado pela luta. Parabéns, Campos. Parabéns, auditores. Quero registrar o meu voto como “sim” e queria deixar o meu protesto de “Lula livre”.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pessoal, gostaria de pedir, por favor, nós estamos no meio de um processo de votação. É importante que todos, por favor, respeitem o processo de votação.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, cumprimentando o deputado Campos Machado e todos aqueles que se empenharam nesta luta, e cumprimentando principalmente aqueles que todos esses dias, durante todos esses meses aqui estiveram da forma mais democrática, respeitosa e elogiável possível, meu voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A Presidência registra a manifestação de Vossa Excelência.

O SR. ALENCAR LULA SANTANA - PT - Cumprimentando todas as lideranças que desde o início se posicionaram e mantiveram sua posição, não só o PTB, mas também a bancada do PT e as demais lideranças, meu voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, participaram do processo de votação 69 Srs. Deputados: 65 votaram “sim”, três votaram “não”, e este deputado na Presidência, resultado que dá por aprovada, em 1º turno, a Proposta de Emenda Constitucional nº 5, de 2016. (Palmas.)

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, 10 minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

Proposta de Emenda Constitucional nº 5, de 2016. Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 20 horas e 37 minutos.

* * *

24 DE ABRIL DE 2018 18ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidentes: CAUÊ MACRIS e MARIA LÚCIA AMARY
Secretários: MARTA COSTA, RITA PASSOS e JOÃO CARAMEZ

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, pede aos seus pares que contribuam para a celeridade da votação, em 2º turno, da PEC 5/16.

3 - CARLOS CEZAR

Para comunicação, afirma que é importante prosseguir com a discussão da PEC 5/16.

4 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Coloca em discussão, em 2º turno, a PEC 5/16.

5 - EDSON GIRIBONI

Discute a PEC 5/16.

6 - CAIO FRANÇA

Discute a PEC 5/16 (aparteado pelo deputado Carlos Cezar).

7 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Presta esclarecimentos quanto ao pronunciamento do deputado Caio França.

8 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, discorda do deputado Carlos Cezar. Afirma que a PEC 5/16 foi discutida exaustivamente nesta Casa.

Crítica os deputados que pretendem prolongar a discussão da matéria.

9 - CARLOS CEZAR

Para comunicação, rebate o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi. Ressalta que prosseguir com a discussão da PEC 5/16 é um direito dos parlamentares.

10 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Faz considerações sobre os debates nesta sessão.

11 - JOÃO PAULO RILLO

Para comunicação, tece críticas ao posicionamento dos deputados contrários à PEC 5/16.

12 - CARLOS CEZAR

Para comunicação, responde ao pronunciamento do deputado João Paulo Rillo. Enfatiza que os deputados têm o direito à obstrução.

13 - CAIO FRANÇA

Para comunicação, rebate a manifestação do deputado João Paulo Rillo. Defende seu pronunciamento anterior.

14 - CAMPOS MACHADO

Para comunicação, pede à Presidência que impeça o uso excessivo de comunicações por parte dos deputados.

15 - BARROS MUNHOZ

Discute a PEC 5/16 (aparteado pelo deputado Campos Machado).

16 - JUNIOR APRILLANTI

Discute a PEC 5/16 (aparteado pelos deputados Campos Machado e Carlos Cezar).

17 - MARIA LÚCIA AMARY

Assume a Presidência.

18 - FERNANDO CURY

Discute a PEC 5/16 (aparteado pelos deputados Marco Vinholi, Alencar Lula Santana, Roberto Morais e Chico Sardelli).

19 - CARLOS CEZAR

Solicita verificação de presença.

20 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença.

21 - CAMPOS MACHADO

Para questão de ordem, indaga acerca do processo de verificação de presença.

22 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY

Presta esclarecimentos ao deputado Campos Machado. Interrompe a chamada de verificação de presença, ao constatar quórum.

23 - GIL LANCASTER

Para comunicação, rebate o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi quanto à postura de alguns deputados, nesta sessão.

24 - CAMPOS MACHADO

Para comunicação, concorda com o pronunciamento do deputado Gil Lancaster. Destaca o posicionamento favorável deste à PEC 5/16.

25 - CARLOS CEZAR

Discute a PEC 5/16 (aparteado pelo deputado Campos Machado).

26 - CARLOS CEZAR

Solicita verificação de presença.

27 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.

28 - ALENCAR LULA SANTANA

Para questão de ordem, faz indagação acerca dos nomes dos parlamentares usados no processo de verificação de presença.

29 - CAMPOS MACHADO

Para questão de ordem, pede esclarecimentos sobre a decisão da Presidência que permitiu aos deputados do PT a inclusão de “Lula” em seus nomes parlamentares.

30 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY

Acolhe a questão de ordem do deputado Campos Machado, para que seja respondida oportunamente pela Presidência Efetiva.

31 - ALENCAR LULA SANTANA

Para comunicação, afirma que os deputados têm o direito de alterar o nome pelo qual são chamados no exercício da função parlamentar.

32 - CARLOS CEZAR

Solicita a suspensão dos trabalhos por dois minutos, por acordo de lideranças.

33 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY

Defere o pedido e suspende a sessão às 22h47min, reabrindo-a às 22h50min.

34 - CARLOS CEZAR

Para comunicação, dá conhecimento de acordo entre as lideranças, pelo qual se deu por discutida a PEC 5/16 por uma hora e 44 minutos.

35 - CARLOS CEZAR

Requer o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

36 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY

Defere o pedido. Levanta a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo aos 94 deputados e deputadas, para que nós possamos já entrar diretamente na votação, para que todos os inscritos abram mão das intervenções de 15 minutos e também dos encaminhamentos, até porque nós já fizemos isso agora.

Então, seria muito mais salutar que nós já pudéssemos votar a PEC 5, porque eu vi que tem quase dez deputados inscritos para falar 15 minutos cada. Então, nós vamos sair daqui uma hora da madrugada e não vai ter deputado para votar. Essa é uma forma de obstruir a PEC 5.

Então, em minha opinião, o deputado que fizer uso da palavra agora estará obstruindo a votação, e a PEC não será votada hoje. Então, proponho esse acordo, um acordo público. Vamos votar automaticamente a PEC 5 sem discussão e sem encaminhamento.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, entendo a importância dessa PEC, entendo que nós votamos em primeiro turno. Foi aprovada a PEC em primeiro turno, e cabe agora, regimentalmente, mais uma discussão em segundo turno.

São seis horas de discussão. Acho bastante salutar que o Regimento seja cumprido e que esta Casa possa se debruçar, e que os deputados possam, na liberdade que têm, exercendo seu papel parlamentar, exercer a discussão, e que é cabível e que é pertinente a um projeto dessa envergadura, uma vez que é uma Proposta de Emenda à Constituição do Estado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Emenda Constitucional nº 5, de 2016. Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni.

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, acho que esta noite marca um evento importante nesta Casa de Leis, o exercício da democracia. Por todas as ações que foram feitas ao longo deste ano e do ano passado, quero cumprimentar os agentes, os representantes desse movimento que, educadamente, com coerência, com respeito, com argumentos, acabaram convencendo a maior parte dos deputados da importância desse projeto. (Palmas.)

Sabemos da nossa responsabilidade. É um projeto de grande impacto para as contas do Governo do Estado de São Paulo, mas nós estamos dando um voto de confiança a todos os senhores. Esperamos que vocês possam retribuir essa confiança que estão recebendo na noite de hoje da maioria dos deputados da Assembleia. É assim que nós vamos construir uma sociedade melhor, trabalhando com respeito, com coerência. Sabemos que o Governo do Estado vai ter que fazer os seus ajustes, vai ter que se adequar, mas eu tenho certeza de que o voto que nós demos hoje foi um voto consciente, para o bem do estado de São Paulo, para o bem das contas públicas, e vocês vão retribuir. Daqui a um, dois, três, quatro anos nós poderemos ter a consciência ainda mais tranquila de que tivemos a convicção do acerto na data de hoje. (Palmas.)

Quero cumprimentar o deputado Campos Machado, que foi um grande líder, que se empenhou e conversou com todos os deputados presentes nesta noite que depositaram o voto de confiança nos senhores. Temos a consciência tranquila de que agimos hoje pensando no melhor para o estado de São Paulo, pensando em retribuir o empenho que a categoria de vocês tem dado ao nosso Estado. Saio com a consciência tranquila. Todos nós sairemos daqui com a cabeça erguida, porque sabemos que o nosso voto representa uma melhoria para o estado de São Paulo.

Parabéns! Vocês foram vitoriosos. O estado de São Paulo é vitorioso.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para falar contra, tem a palavra o nobre deputado Caio França.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente e Srs. Deputados, primeiro, eu queria pedir a todos os agentes fiscais de renda e a todas as categorias, que até o momento foram super corteses e educados, até pela formação que têm, que possamos manter o alto nível da discussão. Até o momento, todos os deputados que me antecederam, até mesmo aqueles que, assim como eu, neste momento entendem que não é o mais adequado termos uma votação dessa magnitude, estamos concordando com a necessidade de melhorar os investimentos no servidor público. Portanto, pedimos que isso possa perdurar durante todo esse entrave. Confesso a vocês, como já disse, que não é uma tarefa fácil votarmos contra ou obstruirmos um projeto de lei com a qual, em sua íntegra, nós concordamos. Só que, como tudo na vida, tem o seu tempo certo. Primeiro, pelo o que falamos, pela questão jurídica que envolve tudo isso. Este é um ano eleitoral, portanto, não se pode dar aumento para nenhum servidor durante um lapso de tempo. A eleição deste ano é em outubro, então é importante que possa ser discernida qualquer dúvida a esse respeito.

Segundo ponto, como já disse, esta Casa é uma casa política também. É claro que é natural que a política também esteja presente aqui. Seria demagogia de qualquer um dizer que não há interpretações e que não há movimentações políticas em cada ato que fazemos. Mas é a política feita com respeito, com clareza, com transparência. Isso é coerência.

Por isso, meus amigos, fica a minha dúvida e o meu questionamento a todos os colegas. O governador Márcio França assumiu o Governo há menos de dez dias. Nós tivemos, ao longo destes últimos anos, diversas oportunidades para poder travar esse debate. Pensem vocês nos amigos auditores fiscais, nos outros colegas e nos demais servidores que neste momento não estão sendo beneficiados com esse aumento.

O governador acaba de assumir o Governo do Estado de São Paulo. Neste momento, o Brasil inteiro está com dificuldade para pagar salário. Pensem no aumento que isso vai gerar. Em quatro anos, será quase 1 bilhão de reais. Vejam só, isso que estou fazendo não é dizer que sou contra, é dizer que na vida - e claro, na política também -, há momentos para tudo.

Quem tiver aqui tranquilidade para poder colocar a mão na consciência e pensar no momento que nós estamos vivendo, faça isso. Tenho vários amigos aqui que já foram prefeitos, que foram reeleitos nas suas cidades, que transitam com tranquilidade nas suas cidades. E então eu escutei um colega dizer: “O Márcio França é contra o servidor público”.

Vamos falar de trajetória: primeiro, o Márcio França foi - e quem foi sempre será - servidor público. Ele foi oficial de Justiça. Eu, no início do meu mandato, defendi muito os oficiais de Justiça para que eles pudessem ter nível superior, e nós aprovamos o projeto, com lapso temporal. Os colegas que estão presentes aqui vão lembrar esse momento.

O Márcio França, atual governador do Estado, está há 10 dias no cargo e nós aprovamos um projeto para aumentar o salário dos servidores públicos da Assembleia Legislativa. O presidente Cauê Macris poderá reforçar isso que eu estou dizendo. Não havia outro motivo senão o respeito para que o governador Márcio França sancionasse esse projeto, e o presidente Cauê Macris sabe muito bem disso. O então governador Geraldo Alckmin inclusive teve a oportunidade de sancioná-lo e não o fez.

Como já disse hoje, o ex-governador Geraldo Alckmin é uma pessoa que eu respeito, é quem eu hoje mais admiro na vida pública. Portanto, eu não vou aceitar calado qualquer colega dizer que o Márcio França não respeita o servidor. Estão aqui os servidores da Assembleia, que lutaram junto com deputado Carlos Cezar, logo no início deste Governo. Se não me engano, isso foi no primeiro dia de governo. Havia toda condição de dizer: “Meus amigos, eu não tenho nada a ver com isso”. Pois bem, ele, a pedido de todas as bancadas, a pedido do líder do Governo, sancionou o aumento.

Por isso, eu acho que precisamos ter coerência e respeito com a história de cada um dos colegas que ocupam o cargo de deputado e hoje com o governador Márcio França. Nós não somos contra o projeto e continuamos como signatários, tanto eu quanto outros muitos colegas que aqui estão, porém há momento para tudo. O Márcio França inclusive já se reuniu com os representantes da categoria. Eu estive presente, não foi ninguém que me falou. Eu estive presente com a Sinafresp, e o Alfredo está aqui e pode comprovar isso; e com a Afresp - o Rodrigo, a quem eu também respeito muito, também pode confirmar isso.

Nós sabemos que nos últimos anos muitas vezes não tivemos a possibilidade de ter esse tipo de entendimento, mas ele já sinalizou que sabe que o servidor precisa ser valorizado. Contudo, ele acabou de assumir o principal estado da Nação. Ninguém está dizendo que é contrário ao objetivo principal da PEC, que é valorizar os bons servidores, valorizar as carreiras que são importantes inclusive para garantir arrecadação. Porém, meus amigos, eu já disse: há momento para tudo.

Vamos aprofundar essa discussão, vamos garantir que essa PEC não influenciará os demais anos, vamos ter segurança, porque as demais categorias, obviamente e com razão, vão nos cobrar para que possam ter aumentos. Além disso, é claro que elas sabem que seus aumentos não estarão nem perto do que essas categorias de hoje terão. E, claro, serão menos pacientes. Então, talvez nós tenhamos que dar razão a todos eles.

Alguns deputados que me antecederam disseram que não estamos optando entre valorizar uma gama gigante de servidores e os agentes fiscais de renda. É claro que não é essa a discussão. Mas, como na vida política, no funcionalismo a política também está enraizada. Não pensemos nós, deputados, que as outras categorias de servidores - que merecem todo o nosso respeito - não estão acompanhando essas discussões. É claro que estão. Acabei de receber a informação de que a Associação de Servidores do Ministério Público disse: “deputado, fiquei feliz que vocês estão aprovando a PEC 5; isso vai ter uma repercussão muito boa com os servidores, vai repercutir em todas as categorias”. E então como ficaremos?

Ninguém quer fazer o papel que eu e alguns amigos estamos, hoje, fazendo aqui: o papel de, em tese, jogar contra o servidor. Como eu disse, minha família é recheada de servidores: me bisavô e meu avô foram médicos do serviço público do Estado, meu pai foi oficial de Justiça e minha mãe foi professora da rede municipal. Portanto, reconheço que precisamos sempre valorizar o servidor, mas devemos entender que há momento para tudo.

O estado de São Paulo, hoje, consegue entregar obras. Estive com o governador nos últimos dias em que ele ocupou o cargo. Conseguimos entregar linhas de metrô que estavam atrasadas, bem como hospitais lá no Vale do Ribeira, região tão sofrida, onde as pessoas têm muita necessidade do serviço público. Também conseguimos entregar hospitais na região de Sorocaba, entre muitas outras coisas. E mais coisas virão. O Governo do Estado de São Paulo pode olhar para os demais e demonstrar que muitas coisas boas foram feitas.

Como foi falado aqui, o governador Márcio França vai garantir os mesmos bons valores que Geraldo Alckmin garantiu enquanto foi governador, por quatro vezes. E falaram mal, aqui, de Alckmin. Penso que o povo do estado de São Paulo não vive aqui, para poder reelegê-lo por quatro vezes. Alguma coisa errada nós estamos fazendo...

Então, meus amigos, precisamos, neste momento em que a política aflora, de prudência e equilíbrio. Peço aos demais deputados aqui presentes que se coloquem na situação do governador Márcio França. Aliás, não precisamos nem dessa magnitude - imaginem que acabaram de assumir uma cidade. Em 10 dias no cargo, aprova-se um aumento dessa proporção. Ninguém é contra. Os prefeitos têm respeito pelo servidor público. Mas tudo tem o seu tempo.

Peço aos colegas que coloquemos a mão na consciência e façamos uma análise, com muita transparência, como tem sido feito com a Afresp e a Sinafresp. Eu disse a todos eles: “vamos ter calma, não vamos pautar esse projeto agora”. Não queremos ocupar esta posição de parecer que estamos jogando contra o servidor, até porque eu estaria brigando contra a minha origem. Se hoje estou aqui, é porque muitos servidores me apoiaram, me abraçaram e acreditaram no que eu penso.

Meus amigos, precisamos ter coerência e saber que o dinheiro público é sagrado. Todos os que estão presentes têm zelo e sabem que o estado de São Paulo é diferente dos demais da